



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/AMS – IS/2014

Processo Administrativo nº I - 660/2014

Tipo: Menor preço Global.

PREÂMBULO

A **AUTARQUIA MUNICIPAL SAÚDE – IS**; Torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com vistas à aquisição de KIT LANCHES, descritos na Cláusula I – DO OBJETO, em conformidade com as disposições deste Edital e Anexos.

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições das Leis Federais nº. 8.666/93 e suas alterações, nº. 10.520/02, nº. 6.360/76, nº. 8.078/90 e Decreto Federal nº. 79.094/97, da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 139/11 e dos Decretos Municipais nº. 1.870/05, nº. 1.919/06, nº. 1.948/06 e nº. 1.995/07, e demais normas legais aplicáveis a espécie.

A abertura da sessão pública deste **PREGÃO PRESENCIAL** será realizada no Auditório da Autarquia Municipal Saúde - IS, situada na Rua Major Manoel Francisco de Moraes nº. 286, Centro, Município de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo, **às 08h30 do dia 28/04/2014**, quando deverão ser entregues os documentos referentes ao **Credenciamento** (fora do envelope), a **Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação** (fora do envelope), os envelopes contendo a **Proposta de Preços** e os **Documentos de Habilitação** das empresas interessadas, diretamente ao Pregoeiro.

I. OBJETO

1.1. Aquisição de kits lanche, obedecidas às especificações técnicas constantes no Anexo I do edital.

II. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da licitação as empresas que atenderem a todas as exigências deste Edital.

2.1.1. Atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos;

2.1.2. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

2.2. Será vedada a participação de empresas:

2.2.1. Declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

2.2.2. Impedidas de licitar e contratar com o Município de Itapeçerica da Serra, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02;

2.2.3. Suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar com a Administração Municipal de Itapeçerica da Serra, nos termos do art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93;

2.2.4. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.5. Enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda,

2.2.6. Sob processo de recuperação judicial, extrajudicial e falência.

2.2.7. A participação neste Pregão implica no reconhecimento pela licitante de que conhece, atende e se submete a todas às cláusulas e condições do presente edital.

III – DO CADERNO DE LICITAÇÃO E INFORMAÇÕES

Rua Major Manoel Francisco de Moraes, 286 - Centro - Itapeçerica da Serra – SP

PABX: (11) 4668-6000

Fax: (11) 4667-1256

e-mail: saude@itapeçerica.sp.gov.br



3.1. O caderno de licitação composto de Edital e seus Anexos poderão ser, adquirido gratuitamente na Coordenadoria Jurídica, localizado na Rua Major Manoel Francisco de Moraes nº. 286, Centro, Município de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo, das 10h00 às 16h00 horas, até o último dia útil que anteceder a data designada para a abertura do certame ou via internet, no endereço eletrônico da Prefeitura de Itapeçerica da Serra <http://www.itapecerica.sp.gov.br>

3.1.1. Ao adquirir o edital e seus Anexos, o interessado deverá verificar seu conteúdo, pois não serão admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

3.2. Os esclarecimentos e informações relativas a presente licitação, incluindo as dúvidas de ordem técnica, deverão ser formuladas por escrito, até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para a abertura do certame, no horário das 09h00 às 16h00, endereçadas ao Pregoeiro e apresentadas no endereço contido no item 3.1. ou apresentadas via "fac-símile" (telefones: 4667-1256).

3.2.1. As dúvidas a serem dirimidas, por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

IV – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1. Eventuais requerimentos de impugnação ao Edital deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, por meio de petição fundamentada e protocolados nos até 02 (dois) dias antecedentes á realização da sessão, no horário das 10h00 às 16h00, na Coordenadoria Jurídica, situado na Rua Major Manoel Francisco de Moraes nº. 286, Centro, Município de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo.

4.2. No momento da apresentação da impugnação, é obrigatório a apresentação de CPF ou RG em se tratando de pessoa física, e, em se tratando de pessoa jurídica a apresentação do CNPJ, do Contrato Social ou Estatuto Social e a procuração, assinada pelo representante legal da empresa (por documento original ou cópia autenticada).

4.3. O recebimento da impugnação estará condicionado à comprovação do recolhimento dos emolumentos devidos em agência bancária, em até 02 (dois) dias úteis antes da abertura da sessão, (até 23/04/2014) conforme legislação vigente.

4.4. Caberá a autoridade competente decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame, após manifestação do Pregoeiro.

4.5. Quando o acolhimento da impugnação, implicar em alteração do Edital capaz de afetar a formulação da proposta, será designada nova data para a realização da sessão pública.

V – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. No dia, horário e local estabelecido no preâmbulo deste edital, será realizado em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento e abertura dos envelopes nº. 01 - Proposta de Preços e nº. 02 – Documentos de Habilitação.

Deverá também ser apresentada fora do envelope nº. 01 - proposta de preços, a Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação, em conformidade com o modelo do Anexo IV.

5.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, ainda que pretendam apresentar regularidade fiscal com alguma restrição, nos termos da Lei Complementar nº. 123/06, deverão apresentar a Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV do Edital, mesmo que sem qualquer ressalva.

5.2. CREDENCIAMENTO

5.2.1. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do PREGÃO e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente (com foto).



5.2.2. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

5.2.2.1. Instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, pelo qual o representante legal da empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular lances e para recorrer ou desistir de recurso (vide modelo referencial de credenciamento – Anexo II), devendo estar acompanhada do contrato social ou estatuto da empresa e no caso de Sociedade Anônima devidamente acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

5.2.2.1.1. Quando o instrumento de procuração for substabelecido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada ou original do instrumento de procuração, do qual deverá constar expressamente a possibilidade de substabelecimento, ou;

5.2.2.2. Cópia do contrato ou estatuto social da licitante quando sua representação for feita por um de seus sócios proprietários, dirigentes ou assemelhados, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima, e;

5.2.2.3. Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.2.2.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedade Civil Simples acompanhada de prova da diretoria em exercício.

5.2.3. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, para se submeter ao regime especial da Lei Complementar nº. 123/06, além da documentação relacionada no subitem 5.2.2 do Edital, deverá apresentar também:

5.2.3.1. CNPJ com a indicação da qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.2.3.2. Declaração conforme modelo do Anexo VII, subscrita por quem detenha poderes de representação e por seu Contador;

5.2.3.2.1. A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração.

5.2.4. A falta da documentação comprobatória da qualificação da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou a sua imperfeição, não conduzirá seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da lei.

5.2.5. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

5.2.6. Os documentos exigidos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada ou original e cópia para autenticação por membro da Comissão e ficarão retidos para oportuna juntada ao processo administrativo, pertinente a presente licitação.

5.2.7. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

5.2.8. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.

5.2.9. Encerrada a etapa do credenciamento, não será admitida a inclusão de novos participantes quando após, o Pregoeiro anunciará quais as licitantes beneficiadas pela Lei Complementar nº. 123/06.

5.3. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

5.3.1. Encerrada a etapa de credenciamento, proceder-se-á ao recebimento da Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação e dos envelopes contendo as propostas de preços e os



documentos de habilitação, em invólucros separados, indevassáveis, lacrados, opacos e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

**ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE E RESPECTIVO CNPJ**

**ENVELOPE Nº. 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE E RESPECTIVO CNPJ**

5.3.1.1. Qualquer engano na indicação da face externa dos envelopes será aceitável, a critério do Pregoeiro e a equipe de apoio, desde que não acarrete o comprometimento no prosseguimento da sessão.

5.3.1.2. A empresa que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta acolhida, porém não poderá participar das rodadas de lances verbais.

5.3.2. Dentro do envelope nº. 01 – Proposta de Preços, a proposta deverá:

5.3.2.1. Ser apresentada em 01 (uma) única via, conforme modelo constante do Anexo III, impressa em papel timbrado da licitante, perfeitamente legível, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal;

5.3.2.2. Indicar nome ou razão social da licitante, inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver, bem como o nome, nº. de CPF e/ou RG e cargo de seu representante legal;

5.3.2.3. Indicar prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

5.3.2.4. Ofertar preço unitário e total, ambos expressos em reais, em algarismo, com duas casas decimais, e por extenso para o fornecimento do objeto desta licitação.

5.3.2.4.1. Para efeito de julgamento, havendo divergência entre o valor expresso em algarismo e por extenso prevalecerá o valor por extenso, bem como, se a divergência ocorrer entre o valor unitário e total, prevalecerá o unitário.

5.3.2.5. Indicar prazo de entrega:
Conforme Item X, subitem 10.1 do Edital.

5.3.2.6. Conter na embalagem validade do produto ofertado.

5.3.2.7. Conter declaração, sob as penas da lei, de que tem condições de fornecer a(s) quantidade(s) estabelecida(s) no prazo assinalado, de que o(s) preço(s) cotado(s) inclui(em) todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação, de que o(s) material(is) cotado(s) atende(m) integralmente às especificações descritas no Anexo I deste edital, bem como seu compromisso de entregar o(s) material(is) que lhe for(em) adjudicado(s).

5.3.2.8. Indicar oferta, firme e precisa, sem alternativa de preço ou qualquer outra condição, que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.3.2.9. Não serão aceitos pleitos de acréscimos no preço ofertado, a qualquer título.

5.3.2.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços.



5.3.3. Serão desclassificadas as propostas:

5.3.3.1. Que não atenderem as exigências essenciais deste edital e de seus anexos;

5.3.3.2. Que se apresentarem omissas, com irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e ainda as que apresentarem rasuras ou emendas;

5.3.3.3. Consideram-se exigências essenciais aquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento, possa representar risco de fraude aos princípios da licitação.

5.4. ENVELOPE N.º 02 – HABILITAÇÃO

5.4.1. Dentro do envelope n.º. 02 – Documentos de Habilitação deverá conter os documentos abaixo relacionados:

Habilitação Jurídica;
Qualificação Técnica;
Qualificação Econômico-Financeira;
Regularidade Fiscal.

5.4.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.4.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.4.2.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria, em exercício;

5.4.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4.2.4 Caso o documento já tenha sido apresentado para credenciamento, não será necessário constar do envelope de habilitação.

5.4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.4.3.1. Atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, através do(s) qual(is), comprove(m) o fornecimento anterior, compatível com o objeto desta licitação.

5.4.3.1.1. O(s) atestado(s)/certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação.

5.4.3.1.2 Termo de responsabilidade garantindo a entrega dos produtos que cotou no prazo e condições estabelecidas neste edital firmada pelo seu representante legal.

5.4.3.2. Apresentar comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa proponente, emitida pelo órgão competente da Vigilância Sanitária.

5.4.3.3. Apresentar comprovante de Responsabilidade Técnica autenticado da Empresa proponente, exercida por um profissional habilitado, emitido pelo respectivo Conselho de Classe.

5.4.5. REGULARIDADE FISCAL:

5.4.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda (CNPJ);



5.4.5.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame, no prazo de validade;

5.4.5.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou da sede do licitante;

5.4.5.4 Certidão conjunta de regularidade fiscal atualizada emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto aos encargos tributários federais

5.4.5.4. Certidão Negativa quanto aos Tributos Mobiliários, expedida pela Fazenda Municipal.

5.4.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei Federal nº. 12.440/2011.

5.4.5.6. Certidão Negativa de Débitos Tributários Mobiliários, relativa ao Município de Itapeçerica da Serra;

5.4.5.6.1. Caso a proponente não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar Declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de Itapeçerica da Serra, relativamente aos tributos relacionados à aquisição licitada, nos termos do Modelo Constante no Anexo VIII deste Edital.

5.4.5.7. Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN – Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;

5.4.5.8. Prova de regularidade perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

5.4.5.9. Certidão de regularidade de débito da Procuradoria da Fazenda Nacional (Dívida Ativa).

5.4.5.10. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas, com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

5.4.5.11. Declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, de que a licitante não possui em seu quadro de pessoal, empregados que se enquadrem nas situações previstas no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, nos termos do Modelo constante do Anexo V.

5.4.5.12. Declaração de que não possui fato impeditivo, nos termos do Modelo constante do Anexo VI.

5.4.5.13. Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes que participaram da disputa verbal de lances, poderá ser aberta, na mesma ou em outra sessão, nova oportunidade para oferecimento de lances verbais pelos licitantes remanescentes.

5.4.6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

5.4.6.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada ou em publicação de órgão da Imprensa Oficial, ou original acompanhado de cópia a ser autenticada por membro da Comissão, devendo, preferencialmente serem relacionados, separados e colecionados na ordem estabelecida neste edital.

5.4.6.2. Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar de sua expedição.

5.4.6.3. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.



5.4.6.4. A aceitação dos documentos obtidos via Internet ficará, condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro.

5.4.6.5. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e preferencialmente com número do CNPJ e endereço respectivo. Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

5.4.6.6. Não serão aceitos documentos sob forma de protocolo.

VI – DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

6.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste edital, os interessados deverão comprovar a representação para a prática dos atos do certame, nos termos do subitem 5.2 deste edital.

6.2. Instalada a sessão pública do PREGÃO, com a conferência dos documentos de credenciamento dos representantes das empresas interessadas, serão recebidos pelo Pregoeiro os envelopes nº. 01 – proposta de preços, e os envelopes nº. 02 – documentos de habilitação, quando também deverão entregar a Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação.

6.3. Verificada a regularidade formal dos envelopes, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes de Proposta de Preços, que serão rubricadas e analisadas pelo Pregoeiro com o assessoramento da Equipe de Apoio. Em seguida, será dada vista das propostas aos representantes das licitantes, que poderão rubricá-las, devolvendo-as à Equipe de Apoio.

6.3.1. Será desclassificada a proposta:

6.3.1.1. Que não atender os requisitos do edital e seus Anexos, considerando-se como tais as que não possam ser atendidas no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente;

6.3.1.2. Que contenha preços alternativos;

6.3.1.3. Apresentada sob forma de condição; ou

6.3.1.4. Que for omissa, vaga ou apresente irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

6.3.1.5. Que se revelar inexecutável, nos termos da legislação.

6.3.2. DOS LANCES VERBAIS

6.3.2.1. Serão realizadas tantas rodadas de lances quantas sejam necessárias à definição do **MENOR PREÇO GLOBAL** com base nas propostas classificadas.

6.3.2.2. Entende-se por uma rodada, cada oportunidade dada às empresas participantes, para ofertar verbalmente lances que sejam inferiores ao menor preço ofertado até aquele instante.

6.3.2.3. Participará dos lances verbais, através de seu representante, a empresa que ofertou PROPOSTA COMERCIAL de valor mais baixo, e os demais licitantes automaticamente classificados.

6.3.2.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 6.3.2.2, participará da rodada de lances verbais e sucessivos, a proposta de menor preço e as (02) duas melhores propostas subseqüentes, quaisquer que sejam os preços oferecidos, totalizando (03) três propostas.

6.3.2.5. As empresas que não tenham representantes credenciados para participação dos lances verbais, mas que se enquadre em uma das situações contidas nos itens acima terão como menor e definitivo preço ofertado para o item, aquele ofertado em sua PROPOSTA COMERCIAL; entretanto, tais empresas, mesmo não podendo ofertar lances, serão contadas para efeito de totalização das três empresas de que trata o item 6.3.2.4.



6.3.2.6. O Pregoeiro definirá e comunicará em voz alta às empresas que participarão da rodada de lances verbais e dará início à convocação para a oferta de lances.

6.3.2.7. O valor dos lances verbais deverá ser ofertado pelo último proponente, sendo sucessivos distintos e decrescentes, para obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, equivalente ao menor preço a ser praticado para a prestação dos serviços licitados.

6.3.2.8. A apresentação de lance é facultativa; entretanto, a desistência em apresentá-lo, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.3.2.9. Durante as rodadas, será permitido aos licitantes o uso de celulares ou outros meios de comunicação, para consulta à empresa que representa, pelo tempo disponibilizado pelo Pregoeiro. Os veículos de comunicação deverão ser providenciados pelos licitantes.

6.3.2.10. Encerrada a fase de oferta de lances, o Pregoeiro passará ao julgamento e classificação das propostas, adotando o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, e observando se a proposta atende às exigências no edital.

6.3.2.11. O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente de menor cotação, para a obtenção de melhor preço a ser praticado.

6.3.2.12. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valores a ser praticado, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade

6.3.2.13. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes do Item XI deste edital.

6.3.2.14. A opção pela não apresentação de lances verbais será definitiva, ficando a licitante excluída das rodadas subseqüentes dentro da fase de lances verbais.

6.3.2.15. Caso não se realize lances verbais, ou mesmo depois de sua realização, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante vencedora para que seja obtido preço melhor para a Administração.

6.3.2.16. Declarada encerrada a etapa competitiva, a Comissão procederá à classificação das propostas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item. Caso haja duas ou mais propostas com valores iguais e nenhum das respectivas licitantes se interesse em oferecer lances verbais, a classificação definitiva far-se-á por sorteio.

6.3.2.17 Caso a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, qualificada, deverá ser aplicado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº. 123/06.

6.3.2.17.1. No caso de existir a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame licitatório, neste momento, os procedimentos obedecerão os subitens a seguir:

6.3.2.17.1.1. Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá o Pregoeiro verificar se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ou seja, propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

6.3.2.17.1.2. Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada, até então, vencedora do certame, devendo o Pregoeiro conceder o prazo máximo de 5 (cinco) minutos para tanto, sob pena de preclusão.



6.3.2.17.1.3. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exerça o benefício de ofertar preço inferior àquele considerado o vencedor do certame, ou não o faça no tempo aprazado, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do empate ficto previsto no subitem 6.9.1., na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

6.4. Nesta oportunidade será verificada a compatibilidade do menor preço alcançado com os parâmetros de preços definidos pela Administração.

6.5. Se o Pregoeiro considerar que a menor proposta até então apresentada, seja ela escrita ou verbal, puder se revelar inexeqüível poderá determinar à licitante que comprove documentalmente, sob pena de desclassificação, que os custos dos insumos são coerentes com os do mercado.

6.6. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope nº. 02 – Documentos de Habilitação da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

6.6.1. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro prosseguirá com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

6.7. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante classificada e habilitada será declarada vencedora.

6.8. Declarada à vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, que ficará registrada em ATA, sendo-lhe concedido no próprio ato o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo administrativo.

6.8.1. As razões de recurso deverão ser protocoladas, no prazo supra, junto ao Pregoeiro da Autarquia Municipal Saúde - IS, situada na Rua Major Manoel Francisco de Moraes nº. 286, Centro, Município de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo, nos dias úteis, sob pena de configurar-se a desistência da intenção de recurso manifestada na sessão pública e de aplicação das penalidades cabíveis.

6.9. Havendo interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reformular a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decidir pela homologação ou pelo acolhimento do recurso.

6.9.1. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.9.2. O recurso terá efeito suspensivo.

6.10. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à(s) vencedora(s).

6.11. Os envelopes nº. 02 – Documentos de Habilitação das licitantes desclassificadas poderão ser devolvidos aos seus representantes na própria sessão, salvo se houver, no momento oportuno, manifestação de interesse de interpor recurso, hipótese em que ficarão retidos com a Equipe de Apoio, até ulterior deliberação. Os envelopes das classificadas não declaradas vencedoras do certame ficarão sob custódia da Comissão, até a efetiva formalização da contratação com a proponente adjudicatária.

6.12. Da sessão pública deste pregão lavrar-se-á ATA circunstanciada, na qual, serão registrados todos os atos praticados, que, após ciência dos interessados, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados.

6.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar(em) nova(s) proposta(s) de preços com os valores negociados na sessão pública, nos moldes do Anexo III.

VII – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO



7.1. O preço a serem considerado na Nota de Empenho será exclusivamente aquele constante nominalmente na proposta da licitante vencedora sem que seja cabível qualquer reajuste, atualização ou compensação financeira, exceto na hipótese de superveniência de norma federal ou municipal sobre a matéria.

7.2. Estes preços devem incluir todos os custos diretos e indiretos das proponentes, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado.

7.3. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do adimplemento de fornecimento dos materiais adjudicados, com entrega na Unidade especificada no Item X deste Edital.

7.4. A entrega dos materiais deverá estar acompanhada dos documentos a seguir discriminados:

7.4.1. Primeira via da nota fiscal ou nota fiscal fatura;

7.4.2. Fatura no caso de apresentação de nota fiscal;

7.4.3. Ou Nota Fiscal Eletrônica (NF-E);

7.4.4. Cópia da nota de empenho e, se for o caso, de nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho.

7.5. Nenhum pagamento isentará as contratadas das responsabilidades previstas neste Edital.

VIII – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. Os recursos orçamentários para pagamento do objeto deste Edital onerarão a dotação nº. 33.90.30.07, do orçamento; Despesa 19; Órgão 18.20.00..

IX – DAS CONDIÇÕES DO AJUSTE

9.1. O prazo para a retirada das Notas de Empenhos será de 03 (três) dias úteis contados a partir da data da convocação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, ocasião em que as adjudicatárias deverão apresentar os documentos, abaixo relacionados, necessários à contratação:

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda (CNPJ);

9.2.2. Certidão Negativa de Débitos Tributários Mobiliários e Imobiliário, relativa ao Município de Itapeçerica da Serra;

9.2.2.1. Caso a proponente não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar Declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de Itapeçerica da Serra, relativamente aos tributos relacionados à aquisição licitada, nos termos do Modelo Constante no Anexo VIII deste Edital.

9.2.3. Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS).

9.2.4. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.2.5. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas, com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

9.3. O prazo para retirada das notas de empenhos poderá ser prorrogado uma vez, por igual prazo, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e motivadamente justificado e aceito pela Administração.

9.4. Fica assegurado à Autarquia Municipal Saúde - IS, faculdade de rescindir o(s) ajuste(s), sem que à(s) licitante(s) vencedora(s) assista(m) o direito de qualquer indenização, de acordo com o disposto no artigo 59 da Lei Federal nº. 8.666/93.



X – DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO

10.1. O prazo de entrega dos materiais será de 10 (dez) dias, contados do recebimento da ordem de entrega.
10.2. As entregas serão parceladas em até 04 vezes, no período de 12 meses, conforme as necessidades de fornecimento da Autarquia de Saúde.

10.2. Os materiais deverão ser entregues, no Setor de Almoxarifado da Autarquia Municipal Saúde - IS, localizado à Rua Zoraide Eva das Dores nº. 476 - Jardim Marilu, Município de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo, onde deverão ser recebidos conforme o artigo 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.3. O recebimento dos materiais estará condicionado à observância de suas especificações técnicas, embalagens e instruções, cabendo a verificação ao respectivo funcionário da Unidade recebedora, observando-se o disposto no artigo 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.4. Caso seja constatado que o(s) material(is) entregue(s) não atende(m) às especificações, a(s) empresa(s) vencedora(s) responderá(ão) pelas irregularidades constatadas, devendo ser recusado seu recebimento para que seja(m) trocado(s) por material(is) correto(s), no prazo de 24 horas da comunicação, independentemente da aplicação das penalidades previstas no edital.

10.5. O aceite do(s) material(is) pela contratante não exclui a responsabilidade civil da(s) contratada(s) por vícios de qualidade, de quantidade, ou ainda por desacordo com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

XI – DAS PENALIDADES

11.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93, da Lei Federal nº. 10.520/02 e demais normas pertinentes, assegurando o direito do contraditório.

11.2. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, que valerá como contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, estará sujeito à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, observados os procedimentos previstos na legislação vigente.

11.3. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta final negociada a qualquer licitante que der causa a tumulto durante a Sessão Pública do Pregão ou manifestar intenção de recorrer e não o fizer, retardando o prosseguimento do processo licitatório.

11.4. Será aplicada multa de 30% (trinta por cento) do valor total da proposta final negociada, à licitante adjudicatária que se recusar a retirar a nota de empenho dentro do prazo estabelecido no edital ou que estiver impedida de retirar a nota de empenho pela não apresentação dos documentos necessários à contratação, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista no subitem 11.2.

11.5. A penalidade de multa ainda será aplicada nas seguintes hipóteses e percentual:

11.5.1. Por atraso na entrega do material: 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, incidente sobre o valor da quantidade entregue fora do prazo, até o limite de 05 (cinco) dias corridos. Após esse prazo limite, será considerada inexecução total do ajuste e aplicar-se-á multa de 30% sobre o valor da proposta final negociada.

11.5.2. Por inexecução parcial do ajuste: 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do material não entregue.

11.5.3. Por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste: 05% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inexecutada.

11.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis, conforme dispõe o § 2º, do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93.



11.7. O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Autarquia Municipal Saúde - IS. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO CERTAME

12.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.

12.2. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na Autarquia Municipal de Saúde - IS.

12.3. As interessadas devem ter pleno conhecimento das disposições constantes no Edital, bem como de todas as suas condições, não podendo invocar qualquer desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do objeto do presente certame.

12.4. Fica assegurado à Autarquia Municipal Saúde – IS, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

12.5. É facultado ao Pregoeiro e a Equipe de Apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à criação de exigência não existente no Edital ou a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.

12.6. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro com o assessoramento da Equipe de Apoio.

12.7. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, fica eleito o Foro da Comarca de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

XIII – DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

13.1. Anexo I – Especificações Técnicas do Objeto.

13.2. Anexo II – Modelo de Credenciamento.

13.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços.

13.4. Anexo IV - Modelo de Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação.

13.5. Anexo V – Modelo de Declaração Art. 7º, Inc. XXXIII da Constituição Federal de 1988.

13.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de que não possui Fato Impeditivo.

13.7. Anexo VII – Modelo de Declaração de enquadramento na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte e inexistência de fatos supervenientes.

13.8. Anexo VIII – Modelo de Declaração de Inexistência de Débito em Relação à PMIS.

13.10. Anexo IX – Minuta de Contrato

Itapecerica da Serra, 24 de março de 2014.

José Luiz do Nascimento Previati
Pregoeiro
AMS – IS



ANEXO - I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/AMS – IS/2014

Processo Administrativo nº. I - 660/2014

Tipo: Menor preço global.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios kit lanches, obedecidas às especificações técnicas constantes deste anexo.

Quantidade estimada de 2.500 (dois mil e quinhentos) kits, a serem entregues em 04 (quatro vezes) durante o ano de 2014.

Biscoito doce com recheio	De chocolate; composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal; açúcar e outras substâncias permitidas; validade mínima de 05 meses a contar da entrega. Embalado em filme Bopp; pesando 40 gramas (embalagem individual). Validade: mínimo de 06 meses Quantidade: 2.500 Unidades
Biscoito salgado recheado	Sabor queijo aperitivo, composto por: farinha de trigo, gordura vegetal, açúcar, sal, leite em pó, queijo e outros componentes permitidos; embalagem primária bopp, unidade de aproximadamente 25 gramas caixa de papelão reforçada para a embalagem secundária; Resolução RDC 175/2003 da ANVISA/MS, Resolução RDC 12/01 da ANVISA/MS, Resolução 04/88 do CNS/MS, Resolução 12/78 da CNNPA/MS, Decreto n.º 12.486/78; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA. Validade: mínima de 08 meses, com fabricação anterior a 45 dias da aquisição: Quantidade 2.500 Unidades
Suco de fruta cítrica integral	Composto líquido extraído da fruta; apresentação na forma natural, qualidade líquido obtido da fruta madura e saudável, processamento tecnológico adequado, submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação; isento de fermentação, conservante, açúcar e sem adição de água; com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio; conforme recomendação de embalagens. Validade 180 dias a partir da data de fabricação; acondicionado em caixa tetra brick longa vida, capacidade 200 ml com canudo acoplado; e suas condições deverão estar de acordo com a NTA 23 (Decreto n.º 12486, de 20/10/78). Validade: mínima de 06 meses Quantidade: 2.500 Unidades
Alimento achocolatado	Obtido pela mistura de cacau em pó solúvel, leite, açúcar, extrato de malte, glicose, sal, vitaminas, minerais, emulsificante, lecitina de soja e aromatizante; constituído de chocolate fino; isento de farinha, sujidades e materiais estranhos; admitido teor de umidade de 0,5% a 1,5%; acondicionado em embalagem metalizada 300 g, acondicionada em caixa de papelão lacrada, com prazo de validade na entrega de 10 meses; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC 273 (22/09/2005); produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos



	<p>determinados pela ANVISA. 200ml. Validade: mínima de 04 meses Quantidade: 2.500 Unidades</p>
Barra de Cereais	<p>Com frutas secas e oleaginosas com cobertura de chocolate; aveia em flocos, de arroz, cevada, trigo, milho tostado, açúcar, frutas oleaginosas, frutas secas; podendo conter outras substâncias alimentícias aprovadas que não descaracterizem o produto; cobertura sabor chocolate na proporção de 23%, deverá conter açúcar, gordura, óleo vegetal, cacau em pó, leite em pó, e outras substâncias desde que declaradas; não poderá ter data de fabricação anterior a 45 dias da data da entrega; com aspecto aparência própria do produto com cobertura, cor, odor, sabor e textura próprios; deverão ser claramente enumerados os elementos histológicos encontrados; embalagem material flexível, vedada hermeticamente, pet / bopp peso de 25g; secundária caixeta de papelão de cartão duplex; caixa de papelão reforçado mínimo 3 kg e máximo 6 kg e suas condições deverão estar de acordo com Resolução RDC 12, de 02/01/2001, 175 de 08/07/2003, 385 de 05/08/99, 263 de 22/09/05 da ANVISA/MS. Validade: mínima de 05 meses Quantidade: 2.500 Unidades</p>
Bolo alimentício	<p>Tipo com recheio, peso 250 a 400grams, prazo de validade mínimo 07 meses, ingredientes: farinha de trigo, fermento químico, açúcar e ovo. Validade mínima de 04 meses Quantidade: 2.500 Unidades</p>
Mini Waffer	<p>Sabor chocolate, Pacote 40 gramas. Ingredientes: açúcar, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, gotas de chocolate ao leite (açúcar, massa de cacau, manteiga de cacau, gordura vegetal, soro de leite em pó, emulsificante, lecitina de soja, aromatizante), cacau, estabilizante, lecitina de soja, fermentos químicos, bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, aromatizante. Validade mínima de 06 meses</p>
Goiabinha	<p>Barra de Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, recheio de goiaba (40%) [{polpa de goiaba, açúcar, umectante: glicerina (INS 422), acidulante: ácido cítrico (INS 330) e emulsificante: pectina (INS 440)} e fibra de aveia], açúcar, gordura vegetal, amido, açúcar invertido, sal, aromatizante, emulsificante: lecitina de soja (INS 322), fermentos químicos: bicarbonato de sódio (INS 500ii), pirofosfato ácido de sódio (INS 450i) e bicarbonato de amônio (INS 503ii) e conservador: propionato de cálcio (INS 282). Contém Glúten. Validade mínima de 06 meses</p>
Chocolate	<p>Açúcar, gorduras vegetal, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, massa de cacau, manteiga de cacau, castanha de caju, soro de leite em pó, farinha de soja integral, leite em pó desnatado, gordura de manteiga desidratada, sal, óleo de soja, cacau em pó, extrato de malte, emulsificantes: lecitina de soja e poliglicerol</p>



	poliricinoleato, fermento químico bicarbonato de sódio e aromatizante. Pode conter traços de avelã, amêndoa e ovo. Contém Glúten. Validade: mínimo de 06 meses
Água de coco	Caixa de 01 litro Quantidade: 1.000 litros

Deverão ser entregues embalagens para a formação dos kits lanches: 2.500 unidades

Características organolépticas: aspecto, cor e odor característico e próprio de cada produto;

Características microbiológicas de acordo com a legislação vigente;

Quanto à embalagem, o produto deverá ser embalado higienicamente e devidamente vedado;

O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão constar as seguintes informações: Identificação do produto inclusive marca; Nome e endereço do fabricante; Data de fabricação do produto e data de validade ou prazo para consumo; Componentes do produto, inclusive tipo e código dos aditivos, quando utilizados; Peso líquido; Número do registro do produto no órgão competente, quando necessário e Número do lote, se utilizado.

Os produtos apresentados pela(s) FORNECEDORA(S) deverão apresentar-se devidamente registrados ou inspecionados pelos órgãos competentes, seja Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, ou em outros órgãos federais, estaduais ou municipais;

DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS: Correrão por conta da contratada todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes a entrega dos produtos.

1 No momento da entrega o responsável pelo recebimento poderá recusar os produtos se estes não atenderem às especificações do Edital, devendo o fornecedor substituí-los no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas.

2 O fornecedor compromete-se a substituir ou repor o produto quando:

- Houver na entrega embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração;

- O produto não atender as legislações sanitárias em vigor, bem como outros referentes ao produto em questão;

- Houver na entrega produtos deteriorados ou impróprios para o consumo;

- O produto não estiver de acordo com as características gerais, organolépticas e microbiológicas solicitadas neste Edital;

- O produto não apresentar condições adequadas quanto ao sabor, odor, cor e aspecto dentro do prazo de validade.

- O produto apresentar temperatura superior ao estabelecido nas Especificações no ato da entrega.

No caso de suspeita quanto as especificações técnicas e à qualidade microbiológica e físico-química dos produtos fornecidos, a Autarquia Municipal de Saúde poderá solicitar análise laboratorial do produto suspeito, sendo o ônus de responsabilidade do fornecedor, a fim de que seja verificado o padrão estabelecido no Edital;

Os produtos deverão ser entregues diretamente no Almoxarifado Central da Autarquia Municipal de Saúde, a entrega deverá ocorrer respeitando o horário das 07h00 às 14h00.

CONDIÇÕES DE ENTREGA;

O fornecimento se dará de forma parcelada, em até 04 vezes, no período de 12 meses, conforme solicitação da CONTRATANTE

A empresa adjudicada deverá proceder entrega em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Autorização de Fornecimento efetuado pelo Almoxarifado.

Endereço: Rua Zoraide Eva das Dores nº. 476 - Jardim Marilu, Município de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo.

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da validade, qualidade, quantidade, respectivos prazos e conseqüentemente aceitação.

O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.



Prefeitura de ITAPECERICA DA SERRA

AUTARQUIA DE SAÚDE



A eventual reprovação dos produtos, em qualquer fase de sua entrega, não eximirá o Contratante da aplicação das multas a que está sujeita a Contratada

Os rótulos deverão mencionar em caracteres perfeitamente legíveis:

- a) Nome e/ou a marca do alimento;
- b) Nome do fabricante ou produtor;
- c) Sede da fábrica ou local de produção;
- d) Número de registro do alimento no órgão competente do Ministério da Saúde ou da agricultura, quando obrigado por lei;
- e) Indicação do emprego de aditivo intencional, mencionando-o expressamente ou indicando o código de identificação correspondente com a especificação da classe a que pertencer;
- f) Número de identificação da partida, lote ou data de fabricação, quando se tratar de alimento perecível;
- g) A validade dos produtos
- h) O peso ou o volume líquido;
- i) Os alimentos rotulados no País, cujos rótulos contenham palavras em idioma estrangeiro, deverão trazer a respectiva tradução, salvo em se tratando de denominação universalmente consagrada

DA ENTREGA:

- **As entregas deverão ser efetuadas até as 14h00 horas.**
- **A Contratada fica obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por se apresentar danificado, com prazo de validade vencido, ou que estiver em desacordo com o disposto neste Edital e seus anexos;**
- **As mercadorias serão conferidas no local do recebimento, sendo que os produtos que não atenderem às especificações e critérios técnicos serão devolvidos com ônus para a Contratada.**
- **Os produtos que não atenderem ao especificado neste Edital deverão ser repostos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e o não cumprimento deste prazo submeterá a Contratada às penalidades previstas no edital.**
- **Em caso de devolução de produtos, a Nota Fiscal ficará retida até que a substituição seja feita;**
- **Todos os produtos deverão ser de primeira qualidade.**
- **Fica reservado ao Departamento de Almoxarifado o direito de alterar a programação até 48 horas antes do prazo de entrega.**
- **Na proposta de preços deverá constar os dados da empresa, dados bancários e os dados da pessoa responsável pela assinatura do contrato.**
- **DO PAGAMENTO**
- O pagamento do preço pactuado será efetuado de forma parcelada, conforme quantitativo solicitado e entregue no mês, devendo a Contratada, emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura correspondente, que devidamente aceita e atestada pelo órgão gestor do objeto deste contrato será encaminhada à Autarquia Municipal de Saúde para providenciar o pagamento em até 30 (trinta) dias.
- Os preços serão fixos, preservada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da lei, desde que plenamente justificado pela empresa Contratada.

Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar qualquer pendência de liquidação, ou obrigação que lhe for imposta, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 1 Comunicar ao contratado toda e qualquer ocorrência relacionadas com a aquisição dos produtos;
- 2 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que o licitante vencedor entregar fora das especificações contidas nos itens deste Termo de Referência;
- 3 Fornecer local adequado para armazenagem dos produtos nos períodos de sua entrega, sem qualquer ônus para o licitante vencedor



**Prefeitura de
ITAPECERICA DA SERRA**

AUTARQUIA DE SAÚDE



DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1 A servidora do SetorSr^a..... responsável por fiscalizar o objeto deste Termo de Referência.

DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

- 1 Cumprir fielmente o que estipula este Termo de Referência e o Edital de Licitação;
- 2 Fornecer os produtos, obrigatoriamente, de acordo com as especificações descritas no Anexo I, bem como no prazo e no quantitativo nele estabelecidos, responsabilizando-se pela substituição dos mesmos na hipótese de se constatar, quando do recebimento, estarem em desacordo com as referidas especificações;
- 3 Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifique danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados da notificação.

DA SUBCONTRATAÇÃO

1 - É vedada a sub-contratação total ou parcial do fornecimento do objeto deste Contrato.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1) Licença Sanitária estadual ou municipal válida, por cópia legível autenticada;



Prefeitura de
ITAPECERICA DA SERRA

AUTARQUIA DE SAÚDE



ANEXO - II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/AMS – IS/2014

Processo Administrativo nº. I - 660/2014

Tipo: Menor preço global.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios kit lanches, obedecidas às especificações técnicas constantes no Anexo I do edital.

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ _____, com sede na _____, por seu representante legal abaixo assinado, CREDENCIA o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, expedida pela SSP / _____, em ____/____/____ conferindo-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do Pregão Presencial nº./AMS-IS/2014, em especial para formular lances verbais e interpor recursos ou deles desistir.

Itapecerica da Serra, _____ de _____ de 2014.

Nome:
Cargo / função:

OBS: 1 - O credenciamento deverá estar acompanhado do contrato social ou estatuto da empresa, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovar que o credenciado tem poderes para outorgar o credenciamento.

2 – Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser ainda juntada cópia autenticada do documento de procuração, do qual deverá constar expressamente a possibilidade de substabelecimento.

(FORA DOS ENVELOPES)



ANEXO - III

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/AMS – IS/2014

Processo Administrativo nº. I - 660/2014

Tipo: Menor preço global.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios kit lanches, obedecidas às especificações técnicas constantes no Anexo I do edital.

A (empresa)..... inscrita no CNPJ sob nº estabelecida
na....., nº....., telefone/fax
nº....., e-mail....., propõe fornecer o objeto licitado, nos seguintes preços e condições:

Item	Unidade	Descrição	Quantidade anual	Valor unitário Valor global
Biscoito doce com recheio	Pacote com 40 gramas	De chocolate; composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal; açúcar e outras substâncias permitidas; validade mínima de 05 meses a contar da entrega. Embalado em filme Bopp; pesando 40 gramas (embalagem individual). Validade: mínimo de 06 meses Quantidade: 2.500 Unidades	2.500	R\$...(unitário) R\$...(total)
Biscoito salgado recheado	Pacote com 25 gramas	Sabor queijo aperitivo, composto por: farinha de trigo, gordura vegetal, açúcar, sal, leite em pó, queijo e outros componentes permitidos; embalagem primária bopp, unidade de aproximadamente 25 gramas caixa de papelão reforçada para a embalagem secundária; Resolução RDC 175/2003 da ANVISA/MS, Resolução RDC 12/01 da ANVISA/MS, Resolução 04/88 do CNS/MS, Resolução 12/78 da CNNPA/MS, Decreto n.º 12.486/78; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA. Validade: mínima de 08 meses, com fabricação anterior a 45 dias da aquisição: Quantidade 2.500 Unidades	2.500	
Suco de fruta cítrica integral	Caixa tipo tetra com 200 ml	Composto líquido extraído da fruta; apresentação na forma natural, qualidade líquido obtido da fruta madura e saudável, processamento tecnológico adequado,	2.500	



		<p>submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação; isento de fermentação, conservante, açúcar e sem adição de água; com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio; conforme recomendação de embalagens. Validade 180 dias a partir da data de fabricação; acondicionado em caixa tetra brick longa vida, capacidade 200 ml com canudo acoplado; e suas condições deverão estar de acordo com a NTA 23 (Decreto n.º 12486, de 20/10/78).</p> <p>Validade: mínima de 06 meses</p> <p>Quantidade: 2.500 Unidades</p>		
Alimento achocolatado	Caixa tipo tetra com 300 gr	<p>Obtido pela mistura de cacau em pó solúvel, leite, açúcar, extrato de malte, glucose, sal, vitaminas, minerais, emulsificante, lecitina de soja e aromatizante; constituído de chocolate fino; isento de farinha, sujidades e materiais estranhos; admitido teor de umidade de 0,5% a 1,5%; acondicionado em embalagem metalizada 300 g, acondicionada em caixa de papelão lacrada, com prazo de validade na entrega de 10 meses; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC 273 (22/09/2005); produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos determinados pela ANVISA. 200ml.</p> <p>Validade: mínima de 04 meses</p> <p>Quantidade: 2.500 Unidades</p>	2.500	
Barra de Cereais	Embalagem com 25 gramas	<p>Com frutas secas e oleaginosas com cobertura de chocolate; aveia em flocos, de arroz, cevada, trigo, milho tostado, açúcar, frutas oleaginosas, frutas secas; podendo conter outras substâncias alimentícias aprovadas que não descaracterizem o produto; cobertura sabor chocolate na proporção de 23%, deverá conter açúcar, gordura, óleo vegetal, cacau em pó, leite em pó, e outras substâncias desde que declaradas; não poderá ter data de fabricação anterior a 45 dias da data da entrega; com aspecto aparência própria do produto com cobertura, cor, odor, sabor e textura próprios; deverão ser claramente enumerados os elementos histológicos encontrados; embalagem material flexível, vedada hermeticamente, pet / bopp peso de 25g; secundária caixeta de papelão de cartão duplex; caixa</p>	2.500	



Prefeitura de ITAPECERICA DA SERRA

AUTARQUIA DE SAÚDE



		de papelão reforçado mínimo 3 kg e máximo 6 kg e suas condições deverão estar de acordo com Resolução RDC 12, de 02/01/2001, 175 de 08/07/2003, 385 de 05/08/99, 263 de 22/09/05 da ANVISA/MS. Validade: mínima de 05 meses Quantidade: 2.500 Unidades		
Bolo alimentício	Embalagem com 250 gramas	Tipo com recheio, peso 250 a 300gramas, prazo de validade mínimo 07 meses, ingredientes: farinha de trigo, fermento químico, açúcar e ovo. Validade mínima de 04 meses Quantidade: 2.500 Unidades	2.500	
Mini Waffer	Pacote com 40 gramas	Sabor chocolate, Pacote 40 gramas. Ingredientes: açúcar, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, gotas de chocolate ao leite (açúcar, massa de cacau, manteiga de cacau, gordura vegetal, soro de leite em pó, emulsificante, lecitina de soja, aromatizante), cacau, estabilizante, lecitina de soja, fermentos químicos, bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, aromatizante. Validade mínima de 06 meses	2.500	
Goiabinha	Embalagem com 30 gramas	Barra de Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, recheio de goiaba (40%) [{polpa de goiaba, açúcar, umectante: glicerina (INS 422), acidulante: ácido cítrico (INS 330) e emulsificante: pectina (INS 440)} e fibra de aveia], açúcar, gordura vegetal, amido, açúcar invertido, sal, aromatizante, emulsificante: lecitina de soja (INS 322), fermentos químicos: bicarbonato de sódio (INS 500ii), pirofosfato ácido de sódio (INS 450i) e bicarbonato de amônio (INS 503ii) e conservador: propionato de cálcio (INS 282). Contém Glúten. Validade mínima de 06 meses	2.500	
Chocolate	Embalagem com 50 gramas	Açúcar, gorduras vegetal, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, massa de cacau, manteiga de cacau, castanha de caju, soro de leite em pó, farinha de soja integral, leite em pó desnatado, gordura de manteiga desidratada, sal, óleo de soja, cacau em pó, extrato de malte, emulsificantes: lecitina de soja e poliglicerol poliricinoleato, fermento químico bicarbonato de sódio e aromatizante. Pode conter traços de avelã, amêndoa e ovo. Contém Glúten.	2.500	



Prefeitura de ITAPECERICA DA SERRA

AUTARQUIA DE SAÚDE



		Validade: mínimo de 06 meses		
Água de coco	Caixa de 1 litro	Caixa de 01 litro Validade: mínimo de 06 meses Quantidade: 1.000 litros	1.000	
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$......				

01- Todos os produtos ofertados são de primeira qualidade.

02 – PRAZO DE ENTREGA:.....(não superior a 10 dias, contados do recebimento da Ordem de empenho) conforme Item X, subitem 10.1 do Edital.

03 - VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias (Não inferior a 60 (sessenta) dias), contados a partir da data de sua apresentação.

04 - Validade mínima dos produtos: conforme estabelecido no edital.

05 - Declara que, por ser de seu conhecimento, se submete a todas as cláusulas e condições do Edital relativas a licitação supra, bem como, às disposições da Lei Municipal nº 13.278/2002, Leis Federais nº 8.666/93 e suas alterações, nº 10.520/02 e demais normas complementares.

06 - Declara, outrossim, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer as quantidades estabelecidas no prazo assinalado; que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação, bem como que os materiais cotados atendem integralmente as especificações descritas no ANEXO I deste edital.

07- Declara que fornecerá as embalagens para 2.500 kits lanches.

08 - Declara, por derradeiro, seu compromisso de entregar os itens adjudicados.

09 - Dados bancários:

Itapecerica da Serra de de 2014.

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)

Nome / Cargo

RG

CPF



**Prefeitura de
ITAPECERICA DA SERRA**

AUTARQUIA DE SAÚDE



ANEXO - IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

(papel timbrado da licitante)

À

AUTARQUIA MUNICIPAL SAÚDE - IS

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/AMS – IS/2014

Processo Administrativo nº. I - 660/2014

Tipo: Menor preço global.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios kit lanches, obedecidas às especificações técnicas constantes no Anexo I do edital.

Prezados Senhores:

Em atendimento aos ditames editalícios, declaramos, sob as penalidades cabíveis, para sua ciência, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no edital da licitação em referência, que temos pleno conhecimento de todas as disposições relativas à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no Edital e seus Anexos.

Itapecerica da Serra de de 2014.

Atenciosamente,

Empresa licitante – CNPJ

Nome por extenso do Representante Legal/procurador

cargo/assinatura

(fora dos envelopes)



**Prefeitura de
ITAPECERICA DA SERRA**

AUTARQUIA DE SAÚDE



ANEXO - V

MODELO DE DECLARAÇÃO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

(papel timbrado da empresa)

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/AMS – IS/2014

Processo Administrativo nº. I - 660/2014

Tipo: Menor preço global.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios kit lanches, obedecidas às especificações técnicas constantes no Anexo I do edital.

DECLARAÇÃO

*Modelo constante do Decreto nº 4.358 de 5.9.02

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Itapecerica da Serra, ____ de _____ de 2014.

Representante Legal/Procurador



ANEXO - VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI FATO IMPEDITIVO

(papel timbrado da empresa)

À
AUTARQUIA MUNICIPAL SAÚDE - IS
COMISSÃO PERMANENTE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/AMS – IS/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1 - 660/2014

A empresa, com sede na
....., nº, CNPJ nº
....., DECLARA, sob as penas da lei, que, até a presente data,
inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível / Cargo / Carimbo do CNPJ)

OBS.: esta declaração deverá ser apresentada no original.



Prefeitura de
ITAPECERICA DA SERRA

AUTARQUIA DE SAÚDE



ANEXO - VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA SITUAÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES.**

(papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/AMS – IS/2014

Processo Administrativo nº. I - 660/2014

Tipo: Menor preço global.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios kit lanches, obedecidas às especificações técnicas constantes no Anexo I do edital.

Pelo presente instrumento, a empresa _____(nome) _____
_____, CNPJ nº, _____, com sede na _____(rua,
avenida)_____, nº _____, neste ato representada por seu representante
legal/procurador, que ao final subscreve, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que se
enquadra na situação de _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos
da Lei Complementar nº. 123/2006.

Declara ainda que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

(Local e data)

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)

Nome:

RG:

Cargo:

(assinatura e identificação do Contador da licitante)

Nome:

RG:

CRC:



ANEXO - VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO EM RELAÇÃO À PMIS.

(papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/AMS – IS/2014

Processo Administrativo nº. I - 660/2014

Tipo: Menor preço global.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios kit lanches, obedecidas às especificações técnicas constantes no Anexo I do edital.

A empresa _____,
CNPJ / MF nº _____, com sede na _____, por seu representante legal, **DECLARA**, para fins de direito e sob as penas da lei, que **não é cadastrada e não está em débito** com a Fazenda do Município de Itapecerica da Serra.

Itapecerica da Serra, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome:

RG:

CPF:

Cargo:



ANEXO - IX

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO nº. /AMS/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. /AMS – IS/2014
Processo Administrativo nº. I - /2014

CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL SAÚDE - IS
CONTRATADA:

Aos dias do mês de do ano dois mil e quatorze, a AUTARQUIA MUNICIPAL SAÚDE - IS, situado na Rua Major Manoel Francisco de Moraes nº. 286, Centro, Município de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo, por sua Superintendente Sra (nacionalidade) (estado civil), (profissão), RG, CPF....., e, de outro, a empresa, CNPJ nº com sede na nº bairro, cidade, telefone, vencedora e adjudicatária do **PREGÃO PRESENCIAL** supra-referido, por seu representante legal, (nacionalidade) (estado civil), (profissão), RG, CPF....., com sede à Rua, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando o fornecimento do(s) material(s) discriminado(s) na cláusula primeira, em conformidade com o ajustado a seguir.

DO OBJETO

Cláusula 1ª. Escolha da proposta mais vantajosa para o **OBJETO**: fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis kits lanches, obedecidas às especificações técnicas constantes, Termo de Referência, do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº. /AMS – IS/2014**.

Item.....valor unitário R\$..... quantidade para 12 meses.....

DA OBRIGAÇÃO DE EXECUÇÃO

Cláusula 2ª. Durante o prazo deste contrato, a **CONTRATADA** estará obrigada a atender à **CONTRATANTE**, sempre que a Contratante lhe exigir, na quantidade pretendida e dentro das especificações referidas na Ordem de Fornecimento, objeto do presente, com entregas parceladas em até 04 vezes.

Cláusula 3ª. A **CONTRATANTE** estará obrigada a fixar com a **CONTRATADA** uma quantidade mínima do objeto, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade, do momento e da forma de entrega do item, desde que respeitado o disposto nas cláusulas antecedentes.

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Cláusula 4ª. Ao longo de todo o período de validade deste contrato, a **CONTRATANTE** emitirá à **CONTRATADA** a respectiva Ordem de Fornecimento para a realização da entrega dos kits lanches cuja quantidade contratada poderá ser parcelada em até 04 vezes.

Cláusula 6ª. A Ordem de Fornecimento, que será considerada como um contrato de fornecimento, acessório ao presente contrato, estipulará:

- a) a quantidade e a forma de entrega dos itens a serem realizados pela **CONTRATADA** no momento, respeitado o disposto nas cláusulas terceira e quarta deste contrato;
- b) o prazo máximo para a entrega do item, após o recebimento da Ordem de Fornecimento, Máximo 10 (dez) dias.

Cláusula 7ª. Respeitados os limites estabelecidos nas cláusulas terceira e quarta do presente contrato, será facultado à **CONTRATANTE** convocar a **CONTRATADA** para assinar as ordens de fornecimento para entrega do item, tendo como parcelamento máximo quatro entregas.



Cláusula 8ª. O não atendimento injustificado da CONTRATADA, no prazo, para recebimento da Ordem de Fornecimento será considerado como fato qualificador da inexecução total do objeto constante da respectiva Ordem de Fornecimento, para os fins previstos na legislação em vigor e no presente compromisso de execução.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula 9ª. O preço do item é aquele constante da respectiva proposta atualizada após a fase de lances, assinada pela Contratada que faz parte integrante deste instrumento.

Cláusula 10ª. No preço referido na cláusula antecedente já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, como transportes, encargos fiscais, sociais, trabalhistas e quaisquer outros.

Cláusula 11ª. Correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos.

Cláusula 12ª. A CONTRATADA não será ressarcida de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos no presente contrato, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.

Cláusula 13ª. O pagamento da CONTRATADA pela CONTRATANTE, de acordo com o estipulado na cláusula nona, será devido ao item devidamente entregue, desde que tenha sido este regularmente formalizado pelo termo referido nas cláusulas sexta, sétima e oitava deste contrato.

Cláusula 14ª. O pagamento do preço devido para a entrega do item será efetuado diretamente à CONTRATADA mediante a apresentação dos documentos pertinentes ao Setor do Almoxarifado da CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo dos itens realizados, com a respectiva nota fiscal/fatura que será acompanhada de laudo de recebimento emitido pelo responsável do Setor do Almoxarifado designado pela CONTRATANTE.

DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, DO CONTROLE E DO REAJUSTE DE PREÇOS

Cláusula 15ª. O valor proposto para a entrega do item, objeto do presente certame licitatório, não serão objeto de atualização financeira por via da aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste de qualquer natureza, em atendimento ao disposto na legislação federal em vigor.

DA ENTREGA DOS ITENS

Cláusula 16ª. Aperfeiçoada a autorização de realização da entrega, na forma prevista na cláusula sexta deste contrato, estará a CONTRATADA obrigada a realização dos mesmos, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a devida solicitação, e na(s) quantidade(s) prevista(s).

Cláusula 17ª. Não será admitida a realização de entregas pela CONTRATADA, nem o seu recebimento, sem que previamente tenha sido aperfeiçoado na respectiva Ordem de Fornecimento.

Cláusula 18ª. A entrega do item, objeto do presente contrato deverá ser realizada pela CONTRATADA, nos termos e prazos constantes da Ordem de Fornecimento.

DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

Cláusula 19ª. O objeto licitado será recebido e conferido pelo servidor (es), da seguinte maneira:

- a) provisoriamente, mas com efeito imediato, e dentro desse prazo deverá ser verificada sua conformidade com a especificação constante da Proposta Comercial, bem como a correção do documento fiscal;
- b) definitivamente, após o recebimento provisório, ressalvados os casos de incorreção no objeto ou no competente documento fiscal, quando interromper-se-á o prazo para a sua regularização.

Cláusula 20ª. O custo com as inspeções, testes e quaisquer outras provas exigidas, nos termos das normas técnicas existentes, indispensáveis para a comprovação da boa execução, caso necessários, correrão por conta da CONTRATADA.



Cláusula 21ª. Estando o item entregue, em desacordo com as especificações e condições detalhadas no Edital de Pregão ou com o disposto no presente contrato, a CONTRATADA deverá substituí-lo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da comunicação para assim proceder, sob pena de configuração da inexecução das obrigações assumidas no presente ajuste.

Cláusula 22ª. Ultrapassado o prazo previsto na cláusula antecedente sem que a CONTRATADA tenha efetuado a substituição do item, serão tomadas as providências para a aplicação das penalidades cabíveis.

Cláusula 23ª. O Setor de Almoxarifado desta Autarquia, no ato do recebimento do item, obrigatoriamente, deverá verificar se este é condizente com a necessidade e especificações, conforme proposta da Contratada. Podendo recusar a entrega, hipótese em que deverá comunicar a empresa para que regularize o fornecimento em 24 (vinte e quatro) horas sob pena de aplicação das penalidades correspondentes.

Cláusula 24ª. O objeto desta licitação será prestado sob o regime de execução parcelada, ficando condicionada à solicitação efetuada pelo Setor de Almoxarifado.

Cláusula 25ª. O objeto, executado em desacordo com as especificações, contendo vícios, defeitos, incorreções ou diverso das condições propostas, deverá ser objeto de revisão, sem qualquer ônus adicional.

DO PRAZO

Cláusula 26ª. O presente CONTRATO terá a duração de 12 (doze) meses, sendo vedada a possibilidade da sua prorrogação.

DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula 27ª. Serão considerados como direitos da Autarquia Municipal Saúde, na presente CONTRATAÇÃO, além de outros decorrentes da legislação em vigor:

- a) o direito de definir a forma de execução desejada, para cada entrega e de recebê-los, dentro do prazo máximo de entrega previsto em cada autorização de fornecimento firmado pelas partes contratantes;
- b) o direito de rescindir administrativamente sempre que o preço for comprovadamente superior ao praticado no mercado;

Cláusula 28ª. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução da presente CONTRATAÇÃO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de Pregão que lhe é pertinente.

DOS DIREITOS DA CONTRATADA

Cláusula 30ª. São direitos da CONTRATADA no presente contrato, além de outros decorrentes da legislação em vigor:

- a) o direito de realizar o fornecimento do item, desde que não obtenha a Autarquia Municipal Saúde - IS, por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, melhor condição de preço;
- b) o direito de receber no prazo devido o pagamento pela entrega regularmente executada, no valor constante da contratação.
- c) o direito de solicitar a rescisão da presente contratação no caso em que houver atraso no pagamento da entrega executada, respeitado o disposto no artigo 78, XV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.
- d) o direito de solicitar a rescisão da presente contratação no caso em que, comprovadamente, demonstrar a impossibilidade de cumprir com o pactuado por razões alheias à sua vontade, nos termos da Lei Federal de Licitações e Contratos.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Cláusula 31ª. Recusa injustificada do adjudicatório em assinar o contrato, ou aceitar Ordem de Fornecimento, dentro do período estipulado, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades estabelecidas na cláusula 34.

Cláusula 32ª. Pelo atraso injustificado na realização da devida entrega, segundo o definido na Ordem de Fornecimento, expedido pela CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Caput do Artigo 86 da Lei Federal de Licitações e Contratos, na seguinte conformidade:

a) Multa diária de 0,5% até o 5º (quinto) dia e de 1,0% a partir do 6º (sexto) dia, do valor do item, em atraso, da Ordem de Fornecimento, por atraso injustificado na realização da entrega.

Cláusula 33ª. A multa a que alude a cláusula anterior não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no Edital e na Lei.

Cláusula 34ª. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa e observada a cláusula 39, letra "a", aplicar as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa correspondente a até 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela do objeto ainda não cumprida, sendo que tal percentual será fixado pela Municipalidade sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida;

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor do item não entregue e que tenham-lhe sido requisitado.

d) Suspensão do direito de licitar e de contratar com a Autarquia Municipal Saúde - IS por período a ser definido na oportunidade de acordo com a natureza e a gravidade da falta, respeitando o limite legal de 24 (vinte e quatro) meses.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos e o descredenciamento no Cadastro de Fornecedores da Autarquia Municipal Saúde - IS, pelo mesmo prazo, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a penalizou, nas hipóteses da licitante:

1) não celebrar o contrato quanto convocado dentro do prazo da validade da sua proposta;

2) deixar de apresentar documentação ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

3) ensejar o retardamento do fornecimento do objeto contratado;

4) não manter a proposta, injustificadamente;

5) comportar-se de modo inidôneo;

6) fizer declaração falsa;

7) cometer fraude fiscal;

8) falhar ou fraudar a execução do contrato.

Cláusula 35ª. Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para as hipóteses de advertência, multa ou impedimento de contratar com o Estado e Municípios e de 10 (dez) dias nas hipóteses de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Cláusula 36ª. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações, que poderão ser cumulativas, serão regidas pelo artigo 87, conforme aplicável, da Lei Federal nº. 8666/93 com suas posteriores alterações.



a) As sanções previstas na cláusula 34 letras “a”, “d” e “e” poderão ser aplicadas juntamente com a da cláusula 34, letra “b” e “c,” facultada à defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Cláusula 37ª. Sem prejuízo das sanções estabelecidas na cláusula 34 as multas aplicadas à CONTRATADA deverão ser descontadas do primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros, pela diferença, se houver ou deverão ser pagas no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis da data da sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, descontado os valores de faturas pendentes, a critério da administração.

Cláusula 38ª. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e conseqüentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Autarquia Municipal Saúde;

Cláusula 39ª. Não sendo pagas as multas no prazo previsto na cláusula 37, haverá a incidência de juros de mora, nos termos estabelecidos no artigo 406 da Lei 10.406/02 - Código Civil.

a. As multas, a critério da Autarquia Municipal Saúde, poderão ser cobradas cumulativamente, em uma ou mais das seguintes formas:

a.1. recolhidas aos cofres da Autarquia Municipal Saúde, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de sua aplicação, mediante guia de recolhimento oficial que será encaminhada à empresa;

a.2. descontadas do pagamento devido à empresa;

a.3. cobradas judicialmente.

DA RESCISÃO DO CONTRATO

Cláusula 40ª. O presente contrato poderá ser rescindido por ato administrativo unilateral da CONTRATANTE:

a) quando a CONTRATADA não vier a cumprir, ou vier a cumprir irregularmente as obrigações decorrentes da presente contratação ou de quaisquer das Ordens de Fornecimento aperfeiçoados pelas partes contratantes;

b) quando houver o descumprimento pela CONTRATADA do prazo previsto na Ordem de Fornecimento para a realização dos mesmos, ou não vier este a proceder à realização destes, dentro das condições pactuadas na presente contratação ou nos prazos fixados;

c) quando o preço for superior ao praticado no mercado;

d) em quaisquer outras hipóteses admitidas em lei.

Cláusula 41ª. A rescisão administrativa da presente contratação por ato unilateral da CONTRATANTE obedecerá ao disposto no artigo 78, parágrafo único, da Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações posteriores.

DO REGIME JURÍDICO E DAS REGRAS DISCIPLINADORAS DO CONTRATO

Cláusula 42ª. A presente CONTRATAÇÃO e as Ordens de Fornecimento, que com base nela forem aperfeiçoados pelas partes contratantes serão regidos pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula 43ª. Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial nº. /AMS-IS/2014, quanto a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) vencedora(s) integram a presente contratação, devendo seus termos e condições serem considerados como partes integrantes do presente instrumento contratual.

Cláusula 44ª. A Contratada obrigará-se a oferecer os serviços dentro de todos os ditames estipulados neste contrato, respeitando todas as exigências e normas legais.



**Prefeitura de
ITAPECERICA DA SERRA**
AUTARQUIA DE SAÚDE



Cláusula 45ª. Para todas as questões pertinentes a presente contratação, o foro será o da Comarca do Município de Itapecerica da Serra, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula 46ª. O presente instrumento foi lavrado em decorrência do Pregão Presencial nº. /AMS-IS/2014, regendo-se pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, às quais também se sujeitam as partes que o celebram.

E, lido e achado regular pelas partes, foi assinado em 4 vias.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome:
RG: